

Dificuldades ainda não terminaram

por Peter Truell
do The Wall Street Journal

Brasil e Argentina puderam respirar mais aliviados depois das medidas de curto prazo adotadas e que contribuíram para relaxar um pouco as tensas relações com os credores estrangeiros, mas ambos países ainda enfrentam tremendas dificuldades para superar seus problemas de dívida.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou na sexta-feira passada as recentes reformas econômicas introduzidas na Argentina através da liberação de US\$ 500 milhões do chamado empréstimo-ponte dos Estados Unidos e de outros países industrializados ao governo argentino. A aprovação das reformas argentinas anunciadas em meados de outubro também contribuiu para liberar outros empréstimos pendentes àquele país por parte dos bancos comerciais e do FMI. Trata-se de um empréstimo bancário de US\$ 490 milhões, que é a segunda parcela de um crédito de US\$ 1,95 bilhão concedido anteriormente neste ano, e um empréstimo do FMI no montante de US\$ 215 milhões.

Esses novos empréstimos estrangeiros deverão contribuir para o fortalecimento temporário da oscilante reserva em divisas estrangeiras da Argentina, que os economistas estimam que recentemente caiu a níveis perigosamente baixos.

O acordo da Argentina foi alcançado apenas horas depois que o Brasil e os banqueiros credores conseguiram, na quinta-feira à noite, concluir um acordo de dívida a curto prazo para superar o problema criado com o atraso nos pagamentos de juros referentes a 1987 com relação às dívidas com os bancos estrangeiros.

O acordo brasileiro, que demorou meses de negociações para ser alcançado, também ocorreu no momento decisivo, uma vez que as autoridades norte-americanas já se vinham reunindo para decidir sobre a possibilidade de alertar os bancos nacionais a começar a lançar em perdas seus empréstimos de médio e longo prazo ao Brasil.

Enquanto isso, líderes das principais nações devedoras da América Latina — o chamado grupo de Cartagena — deverão reunir-se no fim deste mês em Acapulco, no México, para discutir temas econômicos, comerciais e a dívida internacional. Muitos líderes políticos latino-americanos entendem ser necessário um enfoque novo e mais flexível para a dívida estrangeira de seus países — tal como a securitização dos pagamentos de juros — a fim de que eles possam cumprir na totalidade os compromissos de sua dívida, mas, apesar disso, continuam a conseguir um acesso limitado aos mercados internacionais de crédito.

Apesar dos progressos recentes, Argentina e Brasil e seus credores ainda têm muito trabalho pela frente para superar as dificuldades prementes sobre sua dívida externa. A Argentina provavelmente necessitará de novos empréstimos estrangeiros no próximo ano parcialmente porque seu superávit comercial declinou neste ano, enquanto o Brasil ainda tem que negociar uma ampla reestruturação da dívida com seus credores estrangeiros.

Dentro do cronograma esboçado no entendimento do Brasil com os credores bancários estrangeiros, as duas partes devem chegar a um acordo sobre os termos para um programa de reescalonamento da dívida

bancária de médio e longo prazo até 15 de janeiro próximo. Os principais bancos credores devem reunir a adesão de uma chamada massa crítica — usualmente estimada em 90% — de todos os bancos credores do Brasil em torno do acordo até 15 de março e todo o "pacote" da dívida deveria então entrar em vigência efetiva a 16 de junho. Enquanto isso, os bancos foram solicitados a manter suas linhas de crédito a curto prazo para o Brasil.

O Brasil também disse no entendimento que buscará um acordo com o FMI em torno de um programa econômico, embora tenha sustentado que não acreditava que os empréstimos relacionados ao mesmo viessem a ser prejudicados pelo malogro em cumprir tais programas, pois para chegar a um acordo com o FMI poderia levar semanas ou meses. O ministro da Fazenda do Brasil, Luiz Carlos Bresser Pereira, disse que seu país chegaria a um acordo com o FMI, mas que deverá haver dificuldades para conseguir a aprovação nesse sentido por parte de seu próprio partido de governo, o PMDB.

Os bancos credores também têm que bolar uma fórmula para levantar os US\$ 3 bilhões que prometeram emprestar para ajudar o Brasil a pagar um total de US\$ 4,5 bilhões de juros da dívida externa já vencidos e por vencer entre o dia da decretação da moratória, ou seja, 20 de fevereiro, até 31 de dezembro deste ano. Fontes bancárias disseram à AP/Dow Jones que esperam que de 75 a 100 entre os principais bancos credores do Brasil em todo o mundo deverão contribuir para o empréstimo, que será concedido a uma taxa de 0,875% sobre a Libor.

Desse total de US\$ 4,5 bi-

lhão, US\$ 1,5 bilhões será desembolsado em dezembro para cobrir os pagamentos de juros para o quarto trimestre deste ano. Os bancos contribuirão com US\$ 1 bilhão daquele total e o Brasil com US\$ 500 milhões. Os restantes US\$ 3 bilhões não serão desembolsados até que se torne efetivo o acordo de reescalonamento mais amplo, o que se espera deve ocorrer em 16 de junho do ano que vem.